CONTRATO Nº 003/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES E R J DE SOUZA CHAVES.

A CAMARA MUNICIPAL DO ITAPISSUMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 08.637.407/0001-36, com sede à RUA MANOEL LOURENÇO, 26 – CENTRO – ITAPISSUMA – PE, doravante designada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente, JEFFERSON TELLES ALVES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F/M.F. n° 059.575.874-60, RG 7262841 SDS/PE, do outo lado a empresa privada R J DE SOUZA CHAVES, inscrito no CNPJ nº 36.959.748/0001-63, estabelecido na RUA JOAO PESSOA N. 179, -, CENTRO, ITAPISSUMA - PE, representado pelo Sr. Rene José de Souza Chaves , brasileiro, empresário inscrito no CPF/MF sob o nº 041.899.154-59, portador do RG nº 5447732 - SSP/PE, daí por diante denominada CONTRATADA, em conformidade com os termos da lei nº 8.666/93, art, 24 II e suas alterações posteriores têm, entre si , justo e acordado o presente contrato o qual fazem na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e estipulações seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de peças de reposição de Equipamentos de Informática (microcomputadores, scanners e impressoras), incluindo software, em favor da câmara municipal de Itapissuma.

# CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO E DA VIGÊNCIA

O serviço, objeto do presente c<mark>ontr</mark>ato, rege-se p<mark>elas</mark> disposições da lei 8.666/93 e alterações legais posteriores, pelos preceitos de Direito Público, e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

O prazo do pressente contrato será de 06 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro do mesmo ano.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

Unilateralmente pela administração:

- a) Havendo necessidade de ajustar a prestação do serviço, conforme Art. 65, Inciso I da Lei 8.666/93;
- b) Na hipótese de modificação do valor estabelecido, em face de acréscimo ou diminuição do seu objeto, nos limites permitidos por esta lei.

Por acordo das partes, nos casos previstos Art. 65, Inciso II da Lei 8.666/93, no que couber;

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos relacionados nos artigos 77 e 78, com c/c com o artigo Art. 79, da lei Federal nº 8.666/93, no que couber;

Na hipótese da rescisão contratual, nas formas previstas nos incisos I a XVII, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, terá a contratada direito, ao pagamento equivalente aos serviços efetivamente prestados, unicamente.

Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpada da contratada, será este ressarcido dos prejuízos comprovados que houver sofrido.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços pactuados na cláusula primeira desta avença, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor mensal de R\$ 1.465,00 (mil quatrocentos e sessenta e cinco reais) perfazendo um valor global de R\$ 17.580,00 (dezessete mil, quinhentos e oitenta reais).

# OBS: <u>Fica condicionado o primeiro pagamento a apresentação de seus documentos fiscais jurídicos validos.</u>

Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da nota fiscal, ou documento equivalente, devidamente atestado pela autoridade competente, sendo obrigatória a inserção da seguinte declaração: Em conformidade com o contrato de prestação de serviços nº 003/2023.

As notas fiscais que apresentarem incorr<mark>eçõ</mark>es serão devolvidas ao contratado e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data da apresentação válida.

No caso de alegação do **equilíbrio econômico – financeiro**, o contratado deverá solicitar, formalmente, à câmara Municipal de Vereadores de Itapissuma, devidamente acompanhada dos documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica para o devido parecer.

# CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão: Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Vereadores do Itapissuma

Projeto atividade: 0103101012.003 – Gestão dos Serviços Administrativos Elemento da Despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDAE

Fica expressamente vedada ao contratado, a transferência da prestação de serviço, objeto do presente contrato, a qualquer outra pessoa física ou jurídica, no seu todo ou em partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FSICALIZÇÃO

Fiscalização do cumprimento d<mark>o objeto deste contrato f</mark>icara a cargo do Presidente e demais membros da CPL- Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Itapissuma.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações do CONTRATADO:

- I Cumprir durante o prazo referido na clausula terceira do presente instrumento, A EXERCUÇÃO do serviço, objeto do presente contrato de prestação de serviços.
- II corrigir, por suas p<mark>róp</mark>rias despesas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE e dentro do prazo disposto no inciso supra, quaisquer erros, incorreções ou emissões observadas nos serviços a seu cargo;
- III responder pelos danos e prejuízos decorrentes da não prestação de serviços, objeto desta avença, salvo na ocorrência de caso e força maior, apurados na forma da legislação vigente, quando comunicado ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou ondem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- IV Assumir todas as obrigações, decorrentes de qualquer falta, perante a contratante seus fornecedores ou terceiros, no que tange a execução do objeto do contrato;
- V Ressarcir todos os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução deste contrato, isentando a CONTRATANTE de todos e quaisquer reclamações pertinentes;

VI – Responsabilizar–se por todo o pessoal que utilizar na execução do serviço, o qual será diretamente subordinado e vinculado ao CONTRATADO, em particular, no que tange às obrigações trabalhistas e tributarias, não se estabelecendo com a CONTRATANTE relação jurídica de qualquer natureza;

Além das obrigações resultantes da observância da lei 8.666-93, são obrigações da CONTRATANTE;

- I Pagar ao CONTRATADO, nas condições estabelecidas, o preço combinado no caput da cláusula quinta deste instrumento.
- II Acompanhar e aprovar os serviços realizados e entregues às devidas repartições.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela rescisão por qualquer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a câmara municipal de vereadores de Itapissuma poderá aplicar ao CONTRATADO as sanções prevista no art. 87 da lei retro citada, assegurando o direito prévio de defesa ao contratado, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa decorrente da clausula penal do artigo 408, observado em qualquer hipótese, o disposto no art. 412, da lei nº 10.406/02 (novo código civil);
- c) O atraso no início da execução, do objeto do contrato ou no de sua conclusão, sujeitará o CONTRATADO à multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor total deste contrato, por dia de atraso.
- d) O atraso na execução do objeto do contrato por mais de 10 (dez) dias corridos poderá, a critério da CONTRATANTE, ensejar a sua rescisão, com a aplicação de multa de 20% (dois por cento), sobre o valor total ajustado cumulativamente com a multa prevista no subitem anterior.
- e) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será

concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo de sanção aplicado com base no inciso anterior.

Parágrafo único – As sanções administrativas de que tratam os subitens anteriores poderão ser relevadas pela CONTRATANTE, se motivadas por força maior, cabendo ao CONTRATADO a comprovação de tais circunstâncias.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Na hipótese da exigência, na esfera judicial, de decisões favoráveis à câmara Municipal de Vereadores Itapissuma, a sucumbência a que for condenada a parte ex-adversa, nos termos do art. 20 do código de processo civil Brasileiro, pertencerá, exclusivamente, ao CONTRATANTE, de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Este contrato poderá ser aditado na hipótese de força maior e caso fortuito:

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Elegem, as partes contratantes, o foro do Município de Itapissuma, Estado de Pernambuco, para solução de qualquer pendencia ou litigio oriundos deste contrato, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Itapissuma, 06 de janeiro de 2023.

JEFFERSON TELLES ALVES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

R J DE SOUZA CHAVES CNPJ: 36.959.748/0001-63 CONTRATADO